

DC Energia e Participações S.A.

CNPJ 09.275.381/0001-96

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)					
Ativo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.620	2.847	76.663	22.728
Contas a receber	5	-	-	24.996	26.566
Estoques	6	-	-	18.739	24.654
Aplicações financeiras restritas	7	67	67	157	157
Tributos e contribuições a recuperar	7	1.306	1.164	4.519	4.687
Despesas pagas antecipadamente		3	-	-	-
Outros créditos		709	458	9.015	8.936
		5.705	4.536	134.092	87.728
Não circulante					
Títulos a receber		-	-	12.768	11.185
Tributos e contribuições a recuperar	7	-	-	3.167	2.091
Ativo fiscal diferido	8	-	-	50.858	50.858
Partes Relacionadas - mútuos	8	9.177	8.877	11.610	13.115
Investimentos	9	665.115	450.418	519.774	274.331
Imobilizado	10	74.156	33.855	260.185	238.025
Intangível	11	-	-	116	2.721
Diferido		-	-	3.302	5.634
		748.448	493.150	861.780	597.960
		754.153	497.686	995.872	685.688
Total do ativo					
		11.013	5.072	195.872	110.688
		11.013	5.072	195.872	110.688
Passivo Circulante					
Fornecedores	12	65	32	11.508	11.076
Empréstimos, financiamentos e encargos	13	19.869	-	50.292	1.413
Debêntures	14	-	-	13.786	14.091
Impostos e contribuições a recolher	15	17	6	1.715	2.604
Obrigações estimadas		-	-	-	34
Partes relacionadas - mútuos	8	-	-	20.602	2.060
Provisões de P&D		-	-	-	7.531
Dividendos e juros sobre o capital próprio		22.355	22.355	23.239	24.939
Outras contas a pagar		24.461	2.202	28.196	7.565
		66.767	24.595	158.021	71.313
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos	13	24.064	-	24.064	391
Debêntures	14	-	-	70.154	83.308
Partes relacionadas - acionistas	8	166.863	14.197	169.564	24.701
Provisões de P&D		-	-	8.675	7.697
Provisão para contingência	17	-	-	7.959	7.887
Passivo fiscal diferido	16	-	-	16.249	13.076
		190.927	14.197	296.665	137.060
Patrimônio líquido	18				
Capital social		177.503	171.046	177.503	171.046
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	6.457	-	6.457
Reserva Legal		27.358	22.706	27.358	22.706
Reserva de lucros		267.974	235.061	267.974	235.061
Reserva de Incentivos Fiscais		-	-	-	-
Reserva de Capital		23.624	23.624	23.624	23.624
Participação dos Controladores		496.459	458.894	496.459	458.894
Participação dos não Controladores		-	-	44.727	18.421
Total do Patrimônio líquido		496.459	458.894	541.186	477.315
Total do passivo e Patrimônio líquido		754.153	497.686	995.872	685.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)					
Receita líquida de vendas	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita líquida de vendas	19	-	-	196.576	235.024
Custo dos produtos vendidos	20	-	-	(134.338)	(138.088)
Lucro bruto				62.443	96.936
Despesas gerais e administrativas	21	(1.881)	(387)	(17.024)	(22.761)
Outros Resultados		-	-	98	(3.733)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(1.881)	(387)	45.517	70.442
Receitas financeiras	22	904	-	3.898	7.169
Despesas financeiras	22	(2.962)	(269)	(12.790)	(19.109)
Resultado financeiro líquido		(2.058)	(269)	(8.892)	(11.940)
Resultado da equivalência patrimonial		91.461	94.780	59.021	49.888
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		87.522	94.124	94.646	108.390
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	(3.760)	(12.530)
Imposto de Renda Diferido		-	-	(2.481)	-
Resultado do exercício antes da participação dos não controladores		87.522	94.124	88.405	95.852
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		87.522	94.124	87.522	94.124
Acionistas não controladores		-	-	883	1.728
Lucro líquido do exercício		87.522	94.124	88.405	95.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma). 1. **Contexto operacional:** Sociedade familiar com investimentos atuantes no setor de geração de energia elétrica, através da Sociedade Holding Operacional do setor de energia Elétrica do Brasil S.A. - EBRASIL, conforme o objetivo social: (a) a participação em outras sociedades como quotista ou acionista; (b) a gestão de empreendimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, especialmente relacionados com a produção de energia elétrica por quaisquer fontes; (c) a administração e locação de bens móveis e imóveis próprios e (d) a assessoria administrativa na logística de empreendimentos de quaisquer ramos. A Sociedade possui em 31 de dezembro de 2017 participação direta no capital social das seguintes empresas controladas: • 100% da Elétrica do Brasil S.A. - EBRASIL • 50% da ASTC Tecnologia Ltda. • 100% da Suape Mineração Ltda. • 95% da Vigus Engenharia Ltda. • 37% da Antares Serviços e Participações Ltda. 1. A DC Energia controlada indiretamente a EBRASIL Norte Geração de Energia Ltda - ENORTE ("ENORTE" ou "Empresa"), através da participação acionária da Elétrica do Brasil S.A. - EBRASIL. **ENORTE - Continuidade Operacional.** A EBRASIL Norte Geração de Energia Ltda. - ENORTE ("ENORTE" ou "Empresa") é uma sociedade limitada domiciliada no Brasil, com sede em Iranduba - Estado do Amazonas. A ENORTE foi constituída em 13 de maio de 2010, com o objetivo de produzir potência sob a forma de energia elétrica e térmica e realizar a sua comercialização e atividades correlatas, em atendimento ao contrato OC 52278/2010 firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (controlada da Eletrobras S.A.; doravante denominada "Amazonas Energia") de 20 de maio de 2010, com vigência de 29 meses contados da assinatura do contrato, sendo passível de prorrogação somente nos casos previstos pela Lei nº 12.111/2009 (art. 2º). O contrato com a Amazonas Energia foi encerrado no exercício de 2016. Como reflexo do término do contato com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. em 2016, a Administração tomou algumas ações visando manter a geração de caixa em nível suficiente a suportar os custos operacionais nessa fase de transição, que consistiram em: venda de itens sobressalentes do ativo imobilizado e estoque de manutenção; locação de equipamentos, e participação de novos leilões com objeto de prestação de serviços de locação, operação e manutenção de Grupos Geradores de energia elétrica, seus sistemas auxiliares e associados. A Administração tinha como estimativa ingressos de recursos no ordem de R\$ 14 milhões/ano, e eventual necessidade adicional de caixa seria suportada por seus controladores. Em 2017, a participação em leilões não logrou êxito e a Empresa permaneceu locando seus equipamentos no decorso do ano, bem como inserido no mercado de energia para participação de novos leilões. Em 2018, a Administração avaliará a continuidade dos negócios da ENORTE. 2. **Base de preparação: a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração em 8 de maio de 2018. Após a sua emissão, somente os sócios têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na nota explicativa nº 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **b. Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação.** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações contábeis foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **Estimativas.** Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são revisadas no período em que as estimativas ocorrem e em quaisquer períodos futuros afetados. **Julgamentos.** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: **• Nota explicativa 9 - consolidação:** determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida; **Incerteza.** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Notas explicativas 16 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e **Mensuração do valor justo.** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade e suas investidas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; **• Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)					
Lucro líquido do exercício	Resultado abrangente atribuível aos:	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício		87.522	94.124	88.405	95.852
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		87.522	94.124	87.522	94.124
Acionistas não controladores		-	-	883	1.728
Resultado abrangente total		87.522	94.124	88.405	95.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)					
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Lucro líquido do exercício	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		87.522	94.124	88.405	94.124
Ajustes por:					
Provisão para contingência		-	-	71	976
Equivalência patrimonial		(91.461)	(94.780)	(59.021)	(49.888)
Resultado na baixa de ativo imobilizado		-	21	119	22.684
Participação de não controladores		-	-	26.306	9.036
Depreciação e amortização		7	-	16.449	18.414
Amortização do ativo diferido		-	-	2.332	2.331
Juros sobre debêntures		-	-	9.067	12.412
Resultado financeiro líquido		-	-	824	-
Provisões com pesquisa e desenvolvimento		-	-	2130	-
Impostos diferidos		(3.932)	(636)	89.855	109.307
Varição nos ativos e passivos					
(Aumento) redução em contas a receber de clientes		-	-	1.570	16.031
Aumento dos impostos a recuperar		(142)	(1)	(908)	953
Aumento em estoques		-	-	5.915	724
(Aumento) redução Títulos a receber e outros ativos		(555)	(4.117)	(1.665)	25.268
(Redução) aumento em fornecedores		33	(11)	432	(6.003)
(Redução) aumento em impostos e contribuições, líquido		12	(1)	(889)	(10.044)
(Redução) aumento de obrigações estimadas		-	-	(34)	-
(Redução) aumento em outros passivos		-	-	2.060	20.882
Caixa (utilizado) nas gerado pelas atividades operacionais		(4.584)	(2.706)	115.158	141.225
Juros empréstimos bancários		-	-	(31)	(515)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas provenientes das atividades operacionais		(4.584)	(2.706)	115.127	140.710
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos					
Adições de investimento		(41.404)	(81.000)	(237.745)	(81.000)
Dividendos de investidas avaliados por Equivalência Patrimonial		49.627	93.670	49.232	(11.154)
Recursos no intangível		-	-	-	(53)
Adições provenientes de alienação de intangível		-	-	2.578	-
Adições de imobilizado		(40.308)	-	(43.840)	(9.344)
Recursos provenientes de alienação de imobilizado		-	-	5.139	-
Fluxo de caixa (utilizado) nas provenientes das atividades de investimento		(32.085)	12.670	(224.636)	(101.551)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de recursos					
Contratação de empréstimos e financiamentos		43.933	-	73.959	-
Captação/recebimento de partes relacionadas		43.466	-	164.910	-
Aporte de capital		-	-	81.000	-
Amortização					
Principal debêntures		-	-	(13.154)	(12.058)
Juros debêntures		-	-	(9.373)	(11.008)
Principal empréstimos bancários		-	-	(1.241)	(4.415)
Pagamento de dividendos		(49.957)	(91.018)	(51.657)	(88.629)
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado) nas atividades de investimento		37.442	(10.018)	163.444	(35.110)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		773	(54)	53.935	4.049
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		2.847	2.901	22.728	18.679
Caixa e equivalentes de caixa em 31/12		3.620	2.847	76.663	22.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

preços). **• Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Sociedade e suas investidas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **Moeda estrangeira.** As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são novamente mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **3. Principais políticas contábeis:** A Sociedade aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Base consolidada. Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto.** As coligadas são aquelas entidades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em controladas em conjunto são consolidados proporcionalmente e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o custo que inclui os gastos com transação. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Sociedade possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais. As demonstrações financeiras consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de Sociedades controladas a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começa a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação da Sociedade nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária dessa Sociedade, registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Sociedade tenha obrigações construtivas ou efetivo pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. **Investimentos em controladas.** Controlada é a entidade cuja política financeira e operacional é controlada e conduzida pela Sociedade. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Sociedade e deixa de ser consolidada, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. Na elaboração das informações contábeis individuais e consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Sociedade controladora. A Sociedade usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Sociedade. A consolidação foi elaborada de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas da Sociedade. Os principais procedimentos de consolidação são: somam dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil; eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas; eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas; e destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício. **Transações eliminadas na consolidação.** Saldos e transações entre sociedades, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre as sociedades, são eliminadas na preparação das informações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com sociedade investida, registrado por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Sociedade. **Informações contábeis individuais.** Nas informações contábeis individuais o investimento em controlada e coligadas está contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações contábeis individuais quanto nas informações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **b. Estoques.** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição. Quando os estoques são vendidos ou aplicados no processo de geração de energia, o custo médio desses itens é reconhecido como custo do período em que a respectiva receita é reconhecida. **c. Investimento.** Os investimentos nas controladas e coligadas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial. **d. Imobilizado.** Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, incluindo fretes e demais encargos financeiros capitalizáveis, deduzidos de depreciação acumulada, do crédito de PIS e COFINS e perdas na redução do valor recuperável, se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros, contratados pela Sociedade, (i) inclui o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; e (iii) os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. A Sociedade optou por não reavaliar seus ativos imobilizados pelo custo atribuído na data de abertura do exercício de 2009, uma vez que seus ativos vinculados à geração de energia foram construídos e formados substancialmente no exercício de 2009 (declaração de entrada em operação comercial em junho de 2009), o que refletiu o valor justo. **Reposição de ativos.** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Sociedade e que o seu custo pode ser medido de forma

DC Energia e Participações S.A.

CNPJ 09.275.381/0001-96

	31/12/2016			
	Controladora	Passivo		Consolidado
	Ativo não circulante	não circulante	Ativo circulante	Passivo não circulante
Suape Mineração	86	86	-	-
ASTC Tecnologia	7.774	7.774	-	-
Alonso Schaub	1.017	1.017	-	-
Antares Serviços e Participações S.A.	-	-	-	-
Dionon Lustosa Cantarelli	14.197	-	-	14.197
Elétrica do Brasil S.A.	-	-	2.060	-
EBRASIL Energia Ltda.	-	-	1.072	1.702
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	-	-	2.094	162
EBRASIL Gás e Energia Ltda.	-	-	196	-
Outros	-	-	876	8.640
Total	8.877	14.197	13.115	24.701

	9. Investimentos: a. Composição da conta			
	Participação em sociedade			
	Controladora	Passivo		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
EBRASIL	664.938	451.496	-	-
VIGUS	286	2.479	-	-
ANTARES	-	-	-	-
SUAPE	(109)	(27)	-	-
ASTC	-	-	-	(1.343)
Subtotal	665.115	450.418	-	-

	b. Movimentação do saldo					
	Elétrica do Brasil S.A. - EBRASIL	ASTC Tecnologia	Suape Mineração Ltda.	Antares Serviços e Participações Ltda.	Vigus Engenharia Ltda.	Total
Quantidade de ações ou cotas que compõem o capital	123.840,172	100,000	10,000	10,000	220,000	-
Quantidade de ações na investida	123.840,172	50,000	10,000	3,700	209,000	-
% de Participação	100%	50%	100%	37%	95%	-

	Patrimônio Líquido da investida em 31/12/2017					
	Controladora	Passivo		Consolidado		
	2017	2016	2017	2016		
Investimento inicial	451.496	(1.343)	(27)	(2.187)	450.418	
Resultado do exercício	97.173	(81)	(91)	(78)	(3)	96.840
Aumento de capital	200.199	-	94	-	-	200.293
Recebimento de dividendos	(81.317)	-	-	-	-	(81.317)
Outros	(2.613)	1.424	(87)	2.265	(2.190)	(1.201)
Total do investimento	664.938	-	(109)	-	286	665.115

	10. Imobilizado			
	2017		2016	
	Custo	Depreciação acumulada	Custo	Depreciação acumulada
Máquinas e equipamentos	3.333,10	203.985	129.206	203.865
Construções	4	82.869	42.034	89.313
Móveis e utensílios	10	2.753	939	2.689
Terenos	-	1.058	-	1.058
Veículos	20	11.541	9.316	12.402
Imobilizado em curso	-	77.632	-	36.497
Total	379.838	(119.653)	260.185	345.824

	a. Movimentação do custo			
	Saldo 31/12/2016	Adições	Transferências	Saldo 31/12/2017
Máquinas e equipamentos	203.708	215	183	203.985
Construções	89.347	380	(183)	89.313
Móveis e utensílios	2.865	67	-	2.753
Terenos	1.058	-	-	1.058
Veículos	12.459	10	-	12.459
Imobilizado em curso	36.387	43.168	-	36.387
Total	345.824	43.840	(9.826)	379.838

	Saldo 31/12/2015			
	Adições	Transferências	Baixas	Saldo 31/12/2016
Máquinas e equipamentos	211.556	2.271	(643)	203.708
Construções	92.043	694	(643)	89.347
Móveis e utensílios	2.689	418	-	2.865
Terenos	1.058	-	-	1.058
Veículos	12.335	200	-	12.459
Imobilizado em curso	31.638	19.909	-	36.387
Total	351.120	23.492	(28.987)	345.824

	b. Movimentação da depreciação			
	Saldo 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2017
Máquinas e equipamentos	(64.441)	(10.340)	2	(74.779)
Construções	(39.520)	(5.010)	4.51	(39.999)
Móveis e utensílios	(1.517)	(297)	-	(1.814)
Veículos	(2.321)	(775)	35	(3.061)
Total	(107.799)	(16.422)	4.568	(119.653)

	Saldo 31/12/2015			
	Adições	Transferências	Baixas	Saldo 31/12/2016
Máquinas e equipamentos	(57.798)	(11.636)	4.993	(64.441)
Construções	(34.819)	(5.681)	980	(39.520)
Móveis e utensílios	(1.439)	(231)	153	(1.517)
Veículos	(1.603)	(738)	20	(2.321)
Total	(95.659)	(18.286)	6.146	(107.799)

Garantias. Os equipamentos das usinas Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA, adquiridos originalmente quando da implantação das usinas, estão servindo como garantia às debêntures emitidas para financiamento de suas construções. Os grupos geradores adquiridos em 2013 pela EBRASIL Norte Geração de Energia Ltda. - ENORTE estão em garantia até a liquidação do financiamento do contrato FINAME. **Recuperação do valor residual dos ativos - EPESA.** Considerando que para alguns ativos a vida útil estimada é mais longa que os contratos para a comercialização de energia, finds até 31 de dezembro de 2023, que é o caso da Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA, as alternativas para a recuperação do valor residual são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos geradores e chapas de aço no país ou no exterior; (ii) utilização dos ativos, que estarão em ótimo estado de conservação devido à baixa previsão de despacho, nos novos leilões, editais e concorrências considerando que a sua autorização pela ANEEL para operar é 35 anos; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores reservas para indústrias, autogeração, lançamento de combustíveis de qualquer natureza, etc. Com base em sua melhor estimativa, a EPESA realizou análise de imparidade do seu ativo imobilizado e ativo diferido, com base nas projeções do resultado futuro até 2023. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto a qual reflete o custo médio de oportunidade da Sociedade (10,3% a.a.), gerando um fluxo de caixa livre que supera substancialmente o valor residual projetado para 2023. Por essa razão, a Administração entende que não existe imparidade entre os valores registrados, portanto, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras. **Recuperação do valor residual dos ativos - ENORTE.** Considerando que para os ativos a vida útil estimada é maior que o tempo de contrato com a Amazonas Energia, alternativas para a recuperação do valor residual são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no País ou no exterior; (ii) utilização em futuros contratos se a Empresa vencer novos leilões, editais e concorrências para geração; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores de reservas para indústrias, autogeração, lançamento de combustíveis de qualquer natureza. **11. Diferido**

	Consolidado	
	2017	2016
Gastos administrativos pré-operacionais	1.682	1.682
Gastos de elaboração do projeto	9.025	9.025
Gastos financeiros pré-operacionais	12.603	12.603
Custo	23.310	23.310
(-) Amortização acumulada	(20.008)	(17.676)
Custo líquido	3.302	5.634

O diferido pertence basicamente a Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA e está sendo amortizado em 10 anos, sendo apropriado aos resultados dos exercícios uma despesa de R\$ 2.331 ao ano. A Sociedade decidiu pela manutenção do saldo de ativo diferido, conforme previsto na legislação vigente, até sua completa amortização.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Areva (i)	-	-	7.571	7.580
Transmissoras (ii)	-	-	504	462
BR Distribuidora (iii)	-	-	11	-
Twenty Six Trading (iv)	-	-	744	326
Genpower (v)	-	-	342	-
Outros	65	32	2.347	2.697
Total	65	32	11.508	11.076

(i) Em 16 de novembro de 2007, a EPESA contratou a Benco Energia Ltda. para a prestação de serviço de engenharia, gerenciamento, construção e montagem das usinas. Na execução do serviço, a Benco subcontratou em abril de 2008 a Areva Transmissão e Distribuição de Energia Ltda. para instalar os disjuntores-chave, seccionadores, para-raios, transformadores de corrente e tensão, sistema de proteção e controle e os cubículos de média tensão. A Areva emitiu notas fiscais de R\$ 7.580, as quais se encontram pendentes de pagamento pela EPESA dado ao fato da Sociedade ter movido ação contra a Areva por perdas e danos decorrente do atraso na entrada em operação das usinas (Nota Explicativa nº 17). Parte do valor está depositado em juízo e para o restante foi oferecida fiança bancária e penhora de bens do sócio controlador. (ii) Tarifa paga mensalmente pela Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA para 64 transmissoras pelo uso das redes de transmissão, conforme contratos regulados ("CUST"). (iii) Refere-se a aquisição de óleo diesel para geração de energia em atendimento ao despacho contínuo pelo ONS adquiridos à vista, aproveitando-se desconto financeiro. (iv) Refere-se à aquisição de peças de reposição no exterior pela controladora Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA. (v) Refere-se a parcela de participação de 50% do Seguro de Fiel Cumprimento face ao investimento no projeto da UTE à gás GPE SERGIPE, que foi vencedor no leilão A-5 da ANEEL de 30/04/2015, em consórcio com a GENPOWER. **13. Empréstimos e financiamentos**

	Consolidado	
	2017	2016
Finame BNDES - Itaú BBA	3,00 % a.a.	397
Banco Safra	3,43 % a.a.	30.026
Banco Bradesco	2,87 % a.a.	43.933
Total		74.356

Os financiamentos são com um banco de primeira linha, sendo a sua composição: **DC Energia.** Financiamento contratado junto ao Banco Bradesco, para investimento em controlada indireta, com vencimentos semestrais de juros e principal até Agosto de 2019. **Elétrica do Brasil.** Financiamento contratado junto ao Banco Safra, para investimento em controlada indireta, com vencimento de juros e principal em Junho de 2018. **ENORTE.** O financiamento FINAME contratado em janeiro de 2014 para aquisição de 12 grupos geradores para a usina para adicionar à reserva técnica, estando os referidos equipamentos em garantia desta operação. **EPESA.** A EPESA possui financiamento BNDES Finame com o Banco Itaú BBA para aquisição de 25 Grupos Geradores da Stenac para usina, aumentando sua reserva técnica, estando os referidos equipamentos em garantia desta operação. **14. Debêntures**

	Consolidado	
	2017	2016
Principal	83.307	96.462
Juros	633	937
Total	83.940	97.399

Circulante Não circulante

	2017	2016
Circulante	13.786	14.091
Não circulante	70.154	83.308

Consolidado. Emissão e encargos. Em 22 de janeiro de 2009, a controlada EPESA emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R\$171.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FI-FGTS. As debêntures são remuneradas pela variação da Taxa Referencial (TR) acrescidas de 10% a.a. As parcelas classificadas no não circulante apresentam o seguinte cronograma de desembolso:

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
2018	-	-	13.154	13.154
2019	-	-	13.154	13.154
2020	-	-	13.154	13.154
2021	-	-	13.154	13.154
2022	-	-	13.154	30.692
2022 em diante	-	-	17.538	-
Total	70.154	83.308		

Garantias. A EPESA e seus acionistas ofereceram no instrumento particular de escritura da emissão das debêntures as seguintes principais garantias: • Manutenção 3x principal e juros em conta reserva do serviço da dívida; • Alienação fiduciária de 100% das ações da sociedade; • Penhor dos direitos emergentes das outorgas para geração de energia; • Alienação fiduciária dos principais equipamentos das usinas, ou seja, os grupos geradores e transformadores adquiridos na época da construção das usinas; • Hipoteca do imóvel no qual estão localizadas as usinas; • Direitos creditórios decorrentes da receita fixa dos contratos de comercialização CCEAR; e • Receita variável dos CCEAR que exceder à parcela comprometida com a garantia constituída em benefício da fornecedora do combustível. **Cláusulas restritivas.** As principais cláusulas contratuais restritivas ("Covenants") do instrumento particular de escritura da primeira emissão privada de debêntures não conversíveis que configuram em antecipação da dívida ou ônus para a Sociedade são como seguem: • Não alterar sem anuência o objeto social, o controle acionário, emitir novas ações, realizar reorganizações societárias ou alterar o formato societário de S.A. para Ltda.; • Manter Índice de Cobertura a Serviço da Dívida acima de 1,3x; • Manter adimplência com tributos federais, estaduais e municipais; • Não ter pedido de falência, recuperação judicial, pedir recuperação extrajudicial, etc.; • Não ter títulos protestados acima de R\$1.000 (limite atualizado pelo IPC-A); • Deixar de cumprir sentença judicial transitada em julgado; • Não ter vencimentos antecipados de quaisquer dívidas; • Não alienar ativos acima de R\$1.000 (limite atualizado pelo IPC-A); • A Administração da EPESA entende estar cumprindo com todas as obrigações de acúmulo e não tem conhecimento de qualquer manifestação pelo agente fiduciário de descumprimento de obrigações contratuais que configurem em antecipação da dívida. **15. Impostos e contribuições a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
PIS/COFINS e ISS sobre receita	-	-	841	130
Retenções de terceiros	10	1	106	119
IRPJ e CSLL a recolher	3	3	716	1.009
IRRF a recolher	-	-	7	70
Outros	4	2	42	131
Impostos federais parcelados	-	-	3	1.145
Total	17	6	1.715	2.604

Circulante Não circulante

	2017	2016
Circulante	17	6
Não circulante	-	-

16. Impostos diferidos ativos e passivos: a. Imposto diferido ativo

	Consolidado	
	2017	2016
ICMS ST a ressarcir (i)	50.858	50.858
Imposto diferido ativo	50.858	50.858

(i) Refere-se aos valores do ICMS - Substituição Tributária (ST) cobrados nas notas fiscais de compras de óleo diesel para produção de energia elétrica, tendo a Sociedade o incentivo fiscal do diferimento desse imposto, a partir da operação de venda da distribuidora, e para os quais foi solicitado em julho de 2013 o ressarcimento à Secretaria da Fazenda de Pernambuco - SEFAZ/PE, conforme regulamento do ICMS (Decreto nº 14.876/91). Conforme regulamento do ICMS do Estado de Pernambuco, não há prazo determinado para se fazer a devolução destes valores do ICMS-ST, razão pela qual a Sociedade está classificando no não circulante. Em conformidade com a Lei 16.565 de 08 de outubro de 2015, a partir de 1º de outubro de 2015 as operações de compra de óleo diesel para consumo na UTE tiveram a base de cálculo do ICMS reduzida para alíquota máxima de 7%. Contudo, a BR Distribuidora questionou ao Estado de Pernambuco (SEFAZ) sobre a efetiva aplicação desta Lei e que até a presente data o Estado ainda não se manifestou e, assim sendo, a BR Distribuidora continuou emitindo notas fiscais sem considerar o efeito da referida Lei. Diante desta incerteza, foi registrado como custo de aquisição do combustível todo o ICMS destacado nas referidas notas fiscais de compra de diesel, da mesma forma antes desta Lei, até que haja manifestação pelo Estado de Pernambuco obrigando definitivamente a BR Distribuidora a efetivar a aplicação da referida Lei, quando então serão efetuadas concessões de crédito pela BR Distribuidora para compensar valores pagos a maior correspondente ao ICMS excedente à alíquota de 7% do fornecimento do óleo diesel deste período. A Administração não tem dúvidas quanto ao direito de ressarcimento do valor perante os órgãos competentes e, considerando o histórico de sentenças favoráveis, que pode ser observado em outras empresas do setor, tem expectativa de que o valor será realizado nos próximos exercícios. **b. Imposto diferido passivo**

	Consolidado	
	2017	2016
IRPJ e CSLL diferidos (i) - ativo	(3.475)	(3.410)
IRPJ e CSLL diferidos (ii) - passivo	19.724	16.486
Imposto diferido passivo, líquido	16.249	13.076

(i) O valor dos impostos diferidos gerados na EPESA corresponde ao valor dos impostos diferidos relativos ao saldo da provisão para contingências regulatórias (Nota Explicativa nº 17) que deverá ser realizado nos próximos exercícios. A realização é esperada, conforme expectativa de lucros futuros. A Administração tem expectativa de realizar esse valor em sua totalidade, até 2018. (ii) A EPESA vem registrando fiscalmente a diferença de taxa de depreciação anual dos equipamentos grupos geradores entre o que está sendo contabilizado com base na sua vida útil estimada de 3,33% a.a. e a taxa permitida pela legislação do Imposto de Renda de 10% a.a. Esse fato

tem provocado anualmente uma exclusão temporária desde 2013, com efeito retroativo ao ano-base de 2009, na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, consequentemente refletindo na contabilização dos respectivos impostos diferidos, registrados no passivo não circulante, que serão revertidos depois de completar o prazo de 10 anos de vida útil desses equipamentos. **17. Provisão para riscos civil e regulatório**

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Provisão para riscos do setor de energia	7.959	7.887	-	-
Total	7.959	7.887	-	-

EPESA. a. Obrigações contratuais - Regulatórias. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 310 de 29 de abril de 2008, o ONS programou testes de desempenho para o dia 21 de setembro de 2011. Os testes foram acompanhados pela ANEEL e teriam de operar nas potências nominais de 94,05 MW e 142,65 MW, respectivamente. Os testes tiveram de ser interrompidos por falhas em equipamentos de proteção, entre outros, e as usinas foram decretadas 100% indisponíveis. A EPESA solicitou novos testes para comprovar a disponibilidade das usinas e conseguiu concluir, de forma satisfatória, os seus testes entre os dias 27 e 29 de setembro e 5 de outubro de 2011, respectivamente. Em função dessa indisponibilidade temporária as usinas sujeitas a algumas penalidades previstas nos seus contratos comerciais CCEAR e regulação setorial. As taxas de indisponibilidade são apuradas pela ONS somente no fim do ciclo anual (todo mês de julho) e informadas para a CCEE para redução da garantia física durante os cinco anos subsequentes. Basicamente, o cálculo foi efetuado considerando uma redução na média aritmética do índice de garantia física por cinco ciclos completos (cinco anos), conforme regulamento do setor, além das outras ordinárias a falta de lastro perante as liquidações de curto prazo na CCEE. De acordo com a regulamentação do setor, as usinas participantes do 2º Leilão de Energia Nova em diante podem comprar energia visando a extinguir as penalidades aqui mencionadas. A Administração, considerando a perspectiva firme de comprar lastro a partir de janeiro de 2013 pelo prazo de 60 meses, fez o cálculo da provisão constituída em dezembro de 2011, com um risco máximo de R\$ 12.861, chegando a uma previsão realista de liquidação financeira (efeito caixa) para esse período de 2011 de R\$ 3.435, tendo como premissa um preço médio de liquidação futura de R\$ 165/MWh. Para a indisponibilidade constatada no despacho do ONS desde outubro de 2012 até 31 de dezembro de 2012, a Sociedade utilizou a mesma metodologia de cálculo para a penalidade do ano de 2011, tendo chegado a um valor de R\$ 3.476. Devido às grandes oscilações ocorridas em 2017 no Preço de Liquidação de Diferença (PLD) e em função da recuperação dos reservatórios das UHE, o PLD médio estimado para o ano aproximou-se do preço utilizado para cálculo das penalidades, a Sociedade decidiu manter os valores provisionados das penalidades ocorridas em 2011 e 2012, para se fazer a respectiva reversão nas referidas provisões, em função do sistema de liquidação financeira da CCEE nos meses seguintes para cumprimento das referidas penalidades no prazo de 60 meses. **18. Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2017

Publicidade Legal - 22 de julho de 2022 - DC ENERGIA E
PARTICIPAÇÕES 2017-2016 pdf

Código do documento d89b991c-16ba-40e4-b73c-99831e5cf205



Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

21 Jul 2022, 18:50:52

Documento d89b991c-16ba-40e4-b73c-99831e5cf205 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2022-07-21T18:50:52-03:00

21 Jul 2022, 18:51:07

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2022-07-21T18:51:07-03:00

21 Jul 2022, 18:51:22

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 186.214.132.60 (186.214.132.60.static.host.gvt.net.br porta: 14582). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. - DATE_ATOM: 2022-07-21T18:51:22-03:00

Hash do documento original

(SHA256):a37b67e73800f637302459825b328eff9d1c7c507b3011b9bb843c878eadb7b3
(SHA512):fee869b9730c93142fd4bc4341546b1c4bff7b60e8e6de85236b9ecf2410b100f590ace23ca13e5f9d6194cc3f4b8a52ce4300f6cad330ee6a9ec2ef5ec8a3f7

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign